



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº. 01/2014

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE RESENDE, REALIZADA EM  
28.02.2014**

**LOCAL:** .....

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. ....

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** .....

PRESIDENTE: António Manuel Leitão Borges (PS); .....

1º SECRETÁRIO: António Silvano de Moura (PS); .....

2º SECRETÁRIO: Ana Maria da Conceição Sequeira Magalhães (PS). ....

**HORA DE ABERTURA:** .....

Eram 16h00 quando o senhor Presidente da Mesa deu início à sessão. ....

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** .....

Não se verificaram quaisquer faltas ou substituições; .....

**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:** .....

A Mesa considerou justificadas as seguintes faltas: .....

Adérito Augusto Lopes (coligação PSD/CDS Por Resende), à Sessão realizada em 25.11.2013, conforme justificação apresentada. ....

Rogério da Silva (PS), à Sessão realizada em 23.12.2013, conforme justificação apresentada. ....

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”:** .....

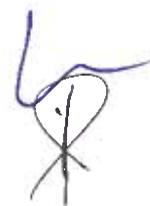
Não se verificaram quaisquer intervenções; .....

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** .....

**B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR;** .....

O Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da ata da Sessão anterior, realizada em 23 de dezembro de 2013, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida. ....

Seguidamente foi a referida ata colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido aprovada por maioria (1 abstenção do membro Joaquim da Conceição Sousa (PS), por não ter estado presente na última sessão). ....



**B.2. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS PELA MESA; -----**

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO; -----**

O Presidente da Mesa procedeu à leitura do seguinte voto de pesar:-----

**Apresentado pelas bancadas da Coligação PSD/CDS Por Resende e PS** - “Em virtude do falecimento do senhor António André Pinto de Oliveira, sogro do membro desta Assembleia, Dr. Jorge Cardoso e pai da Vereadora Dr<sup>a</sup> Anabela Oliveira, os Grupos Municipais desta Assembleia expressam o mais sentido voto de pesar aos familiares.”-----

Colocado a votação o voto de pesar, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar e endereçar as condolências à família.**-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Apresentou o seguinte voto de felicitações “Cermouros, PME Excelência 2013”:-----

“Considerando o trabalho realizado pelo senhor José de Almeida na liderança da empresa Cermouros, o Grupo Municipal da coligação PSD/CDS Por Resende, propõe um voto de felicitações pela obtenção do título PME Excelência 2013. Empresas como esta são um exemplo de um caso de estudo de boas práticas que merecem o aplauso coletivo e um reconhecimento superior, que muitas vezes não têm. Este prémio é o reconhecimento à capacidade, ideias inovadoras, gestão estratégica, rigor e solidez que, mesmo em tempos difíceis, continua a apresentar extraordinários resultados. Este título distingue os melhores dos melhores. Com a força dos seus colaboradores, com a sua experiência e dedicação, cerca de trinta cidadãos resendenses trabalham no concelho. O senhor José de Almeida é um exemplo para todos, sempre foi persistente, nunca baixou os braços, construindo uma empresa de sucesso e de referência na região. Fruto desse trabalho, a criação de riqueza é uma realidade, existe fixação de emprego e há pagamento de impostos. Estas pessoas continuam a trabalhar no concelho e aqui constituem família, compram habitações e os seus filhos estudam no concelho. Por tudo isto, pela capacidade e competência, felicitamos e agradecemos ao senhor José de Almeida e a todos os seus colaboradores.”-----

**Luís Guimarães (PS)** – Manifestou a concordância da bancada do Partido Socialista com o voto de felicitações apresentado, acrescentando que a sua bancada, também ela, sempre reconheceu o trabalho e valor da empresa Cermouros e do senhor José de Almeida na dinamização da atividade económica do concelho, pelo que votará a favor da proposta apresentada.-----

Colocado a votação o voto de felicitações, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

**B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS; -----**

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO; -----**



Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Questionou o senhor Presidente da Câmara relativamente ao ponto da situação das questões já levantadas em reunião do executivo pelos vereadores da sua coligação e que dizem respeito ao Centro Escolar de Resende, nomeadamente ao abatimento do piso que possibilita a acumulação de água, em dias de chuva, no espaço do recreio destinado às crianças e à cobertura entre o portão e a porta de acesso ao edifício, que no período de inverno e em dias mais chuvosos, implica uma longa distância a percorrer, quer pelas crianças quer pelos seus encarregados de educação.-----

**Presidente da Câmara** – Respondeu que relativamente ao abatimento do piso do recreio ainda não foi reportada qualquer informação ou queixa à Câmara Municipal, desconhecendo assim por completo tal situação. Quanto às outras situações referidas, disse que irão ser realizadas algumas intervenções, por forma a minimizar, quer para os alunos, quer os seus encarregados de educação, as condições adversas sentidas no período de inverno, através da execução de um rasgo e a colocação de uma caleira, por forma a que a água não fique acumulada no parque coberto que serve de recreio para os alunos, bem como irá também ser realizada uma outra intervenção no que concerne à entrada, pelo lado da Portela, na qual irá ser efetuada uma abertura no gradeamento para efeitos de colocação de uma porta de acesso junto ao referido parque coberto.-----

**C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:** -----

**C.1. ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO;** -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente a lista contendo assuntos para conhecimento do plenário.-----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

**Foi tomado conhecimento.**-----

**C.2. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Jorge Cardoso Machado (PS)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Em relação à informação do senhor Presidente, eu como sempre dou-lhe um relevo e uma ênfase muito especial, porque ela elenca uma sucessão de esforços que o concelho continua a fazer e sei que vão no bom sentido para que a nossa epopeia seja cada vez maior e mais engrandecida. Depois há aqui um ponto, ao qual eu sempre fui sensível ao longo destes mandatos enquanto membro da Assembleia Municipal, que é o do saneamento básico e água ao domicílio. Dou-lhe um valor tremendo



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

porque reconheço que há uns anos atrás, há 15 ou 20 anos atrás, o antigo executivo desprezava completamente este tipo de obras. Porque? Porque ao fazê-lo era no subsolo e não dava votos. Era esta a razão pela qual este serviço, de primeira instância, e que quanto a mim a obra de todas as obras é o saneamento básico e água ao domicílio. Quem tiver dúvidas julgo que está enganado neste ponto. Por isso senhor Presidente dou-lhe os meus parabéns, continue e daqui a mais algum tempo espero que o concelho tenha, pelo menos, 99,9% de cobertura destas infraestruturas.-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Referiu ficar, por vezes, com a sensação que o senhor Jorge Machado não vive no mesmo concelho, ou seja, não vive no concelho de Resende, referindo que se este vivesse há 30 anos neste concelho seria conhecedor que Resende à data não possuía água pública, não possuía qualquer tipo de saneamento, não possuía sequer luz pública e não possuía qualquer tipo de infraestruturas, parecendo-lhe ter ficado com a sensação que só nos últimos 15 anos é que o senhor Jorge Cardoso veio viver para o concelho de Resende e que mesmo nos últimos 15 anos a infraestruturas de saneamento não foi completa o que torna a epopeia a que se referiu incompleta.-----

**Presidente da Câmara** – Deu, de forma sucinta, um esclarecimento sobre todos os aspetos elencados na sua informação escrita, realçando os problemas do concelho no que diz respeito à paragem das obras na Escola Secundária e ao encerramento do Tribunal e ao prejuízo que tal decisão acarreta para a economia do concelho, dando nota de que a senhora Ministra da Justiça continua sem dar qualquer resposta aos pedidos já realizados, quer por este executivo quer pelo executivo anterior.-----

**Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Vou falar sobre dois pontos referidos pelo senhor Presidente da Câmara e iria começar pelo Tribunal e pelo ponto de situação que fez relativamente às diligências já realizadas e dizer que como sempre estaremos do lado da defesa pela manutenção dos serviços públicos em Resende, e estaremos sempre, agora como no passado, iremos manter essa coerência. Relativamente a isto gostaria de fazer algumas referências e colocar algumas questões. As referências são: se isto é uma questão inconstitucional e ideológica porque é que o PS o inscreveu no memorando da “troika”?, passou agora a ser inconstitucional e ideológica, ideológico nosso ou vosso? Perguntar também se não estamos aqui numa atitude reativa em vez de termos tido uma atitude pró-ativa. Esta atitude reativa, em vez de pró-ativa, é exigida que seja tomada por quem governa o concelho. Dar o exemplo de dois concelhos vizinhos, que com uma atitude pró-ativa conseguiram manter os seus tribunais, e cito, Castro Daire e Baião e que se saiba não têm qualquer confluência ideológica com o Partido Social Democrata nem como o CDS. Relativamente à escola secundária que também foi aqui referida, mais uma vez pergunto se não foi uma atitude reativa em vez de uma atitude pró-ativa? Reativa relativamente à manifestação recente dos alunos dessa escola. Perguntamos todos como é que se inaugura uma obra e essa obra não se encontra concluída? Segundo a escolha. Porque é que se põe em funcionamento a parte administrativa e se deixa os alunos em salas modelares sem grandes



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL



condições para prosseguir o seu trabalho. Pergunta se isto vos ocorreu agora ou se na altura que tomaram estas decisões não pensaram nestas situações e agora que os alunos, literalmente, se fartaram destas coisas, não vêm reativamente, dar resposta a essa situação.”-----

**Presidente da Câmara** – Respondeu que as atitudes tidas, fossem estas pró-ativas ou reativas, a verdade é que elas existiram, referindo que é do seu total desconhecimento qualquer tipo de reação, pró-ativa ou reativa, por parte da coligação “PSD/CDS Por Resende.”-----

**Presidente da Mesa da Assembleia** – Disse que as matérias anteriormente referidas são da responsabilidade e competência do Governo da República e que o proferido pela senhora En<sup>h</sup> Elsa Rodrigues apenas visava passar para a Autarquia responsabilidades e competências que não lhe competem. Disse que tal situação não era justa com os problemas, com o próprio processo político e com o próprio desempenho das instituições. É sua convicção que caso o Município tivesse responsabilidades e ou competências no que diz respeito às obras da escola secundária e ou à Parque Escolar, tal situação neste momento não existiria. Referiu também que o tipo de intervenção realizada na escola secundária era uma intervenção que previa três fases distintas, sendo que a primeira fase da obra já se encontra concluída e em funcionamento, a segunda teve o seu início mas encontra-se parada por razões relacionadas com a Parque Escolar e com o Governo (que possui a tutela sobre a Parque Escolar) e que a terceira fase, que seria a recuperação do pavilhão gimnodesportivo, nunca de iniciou. Quanto à questão do tribunal, disse que a decisão sobre o seu encerramento ou continuidade é uma competência do Governo e da Assembleia da República. Por último referiu que a providência cautelar interposta, e bem, pelo senhor Presidente da Câmara coloca em questão a legitimidade no que concerne a direitos, liberdades e garantias das populações.”-----

**Foi tomado conhecimento.**-----

### **C.3. DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL – PROPOSTA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo senhor Presidente relativa à desafetação de uma parcela do domínio público municipal (parte da plataforma da Rua do Monte, freguesia e concelho de Resende), tendo em vista sua futura permuta com uma outra existente no mesmo local, a qual assegurará o perfil e plataforma do referido arruamento existentes atualmente.”-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

Colocado o assunto a votação, foi **deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

### **C.4. GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO – 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – ANO 2014;** -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta para a a 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, a 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipal e a 2ª Alteração ao Orçamento de Despesa do ano 2014. -----



Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Solicitou informação adicionais ao senhor Presidente da Câmara no que diz respeito ao reforço de verbas nos pontos “equipamento básico”, “outro” e no ponto relativo a “estudos, pareceres, projetos e consultadoria”.-----

**Presidente da Câmara** – Esclareceu que a proposta de revisão tem como principal fundamento o facto de existirem projetos que inicialmente, por lapso, não foram incluídos nos documentos previsionais e que são financiados por fundos comunitários e que dizem respeito a “loja interativa de turismo”, a “promoção da eficiência energética das Piscinas Cobertas” e a “promoção da eficiência energética do Pavilhão de São Martinho de Mouros”.-----

Colocado o assunto a votação, foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada da Coligação PSD/CDS Por Resende), aprovar.-----

#### C.5. NOVO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – PROPOSTA; -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a proposta do novo Regimento da Assembleia Municipal, a qual foi anteriormente distribuída a todos os membros para recolha de sugestões.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Presidente da Mesa da Assembleia** – Deu nota que à mesa da Assembleia Municipal não foi apresentado qualquer contributo para o melhoramento do novo Regimento da Assembleia Municipal, referindo que tal situação pressuponha, uma de duas coisas, o interesse absoluto para uma proposta absolutamente impecável ou, naturalmente, o desinteresse total para uma proposta que poderia ter sido melhorada.-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Referiu que a bancada da coligação “PSD/CDS Por Resende” concordava com o novo Regimento da Assembleia, uma vez que esta evidência estar dentro da Lei, informado que procedeu à leitura da mesma, ao pormenor. Disse que a sua intervenção era para proceder à apresentação de uma sugestão e que ia ao encontro do proferido pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua tomada de posse e com o intuito de uma maior participação da população e até por uma questão de horários dos membros junto dos seus empregos, sugerindo a alteração da realização das sessões da Assembleia Municipal para às 21h00.-----

**Presidente da Mesa da Assembleia** – Disse ter registado a sugestão apresentada compreendendo o seu objetivo e o seu propósito. Informou que no decorrer deste mandato tudo iria ser feito com esse mesmo intuito, que era o de levar mais próximo da população os debates e assuntos da Assembleia, sendo que para esse efeito haverá sessões realizadas nas escolas e em outros equipamento públicos. Entende que a sugestão apresentada tem todo o sentido e que a Assembleia Municipal, sempre que tal for tido como oportuno, realizar-se-á em outros locais para uma



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

maior participação de todos. Por último disse ao plenário que a próxima sessão da Assembleia Municipal já teria por base o novo Regimento, pelo que aconselhou a sua leitura por parte de todos os membros.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

#### **C.6. SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS – MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MANDATO 2013-2017;** -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para ratificação, a fixação do valor do seguro de acidentes pessoais dos membros da Assembleia Municipal para o corrente mandato, nos termos do disposto no nº1 do artigo 17º da Lei nº29/87, de 30 de junho (Estatuto dos Eleitos Locais). -----

Não se verificaram quaisquer intervenções;-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, ratificar.**-----

#### **C.7. ENCERRAMENTO DO Tribunal JUDICIAL DA COMARCA DE RESENDE – MOÇÃO DE REJEIÇÃO;** -----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação, a seguinte Moção de Rejeição relativa ao Encerramento do Tribunal Judicial de Resende, apresentada pela bancada do PS:-----

“A recente aprovação em Conselho de Ministros da Reorganização do Mapa Judiciário vem confirmar a intenção do Governo da República em encerrar o Tribunal Judicial de Resende. Este facto merece, mais uma vez, que esta Assembleia manifeste a sua mais profunda rejeição de uma medida que atenta de forma grave contra Resende, enquanto comunidade, e contra os Resendenses, no exercício da sua cidadania. A Justiça, e por conseguinte a sua aplicação no seio de uma comunidade, constitui um dos pilares da estruturação dessa mesma comunidade. Ao destruir este pilar, o Governo PSD, centralista como poucos, está a dar um sinal de abandono de um concelho como Resende, e em geral, está a dar um sinal de abandono do Interior do país, o que é bem demonstrativo da ausência de políticas que promovam a coesão territorial e social. Por outro lado, medidas como esta constituem uma penalização suplementar aplicada aos Resendenses. Já não bastam os cortes nos salários, os cortes nas pensões, o brutal aumento de impostos, e outras medidas de empobrecimento geral da sociedade que o Governo PSD aplicou aos portugueses; este Governo PSD, pretende ainda castigar cada Resendense, que, a partir de agora, para exercer o seu direito à Justiça, terá de pagar mais que qualquer outro português. Mas aqui nesta Assembleia, afirmamos: **NÃO ADMITIMOS QUE ESTE GOVERNO PSD DISCRIMINE NEGATIVAMENTE OS RESENDENSES**, porque somos tão portugueses de primeira, como qualquer outro cidadão, seja ele residente em Resende ou em Lisboa. Mais grave esta medida se torna, quando analisamos a forma utilizada para a colocar em prática. Para além da falta de racionalidade económica, até porque já ficou mais do que demonstrado que os custos vão aumentar, os pressupostos em que se baseia, configuram esta medida como um verdadeiro embuste. Senão vejamos: a) É FALSO que o n.º de processos que correm no Tribunal



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Judicial de Resende seja inferior ao limite de 250. São os próprios dados do Ministério da Justiça que desmentem. b) É FALSO que exista Julgado de Paz em Resende. Todos o sabemos. E o Governo também. c) É FALSO que as acessibilidades do concelho sejam boas. Infelizmente todos o sabemos. O Governo também; mas ignora. d) É FALSO que o edifício do Tribunal Judicial de Resende não seja propriedade do próprio Ministério. Todos o sabemos. E o Governo também. Aliás, não deixa de ser curioso que, o único investimento público feito em Resende por este Governo PSD tenha sido precisamente na requalificação do edifício do Tribunal!!! A este conjunto de falsidades acresce a justificação apresentada: a de que o encerramento do Tribunal Judicial de Resende estava prevista no memorando da troika e era iniciativa do Governo anterior. Esta afirmação não passa de mais uma falsidade utilizada pelo Governo PSD e pelos seus apoiantes locais, numa tentativa desesperada de "passar por entre os pingos da chuva", e que não podemos deixar aqui de denunciar. Nós não somos contra as reformas. Temos a noção de que são necessárias. Mas não podemos aceitar que nos seja imposta uma reforma desprovida de racionalidade e baseada em avaliações falaciosas, que mais não pretendem do que atentar contra Resende. Não podemos aceitar que nos seja imposta uma reforma sem que todas as partes envolvidas sejam escutadas e sejam avaliadas todas as alternativas. Porque as há! Nesse sentido, apresentamos esta moção de rejeição da extinção do Tribunal Judicial de Resende. Todavia, temos consciência de que teremos de levar o nível da nossa contestação para outros palcos, que não apenas o palco político. Por isso, no exercício do nosso mandato de representação do povo de Resende, propomos também que a partir desta Assembleia, seja criado o Movimento Cívico para a Defesa do Tribunal Judicial de Resende, onde esta Assembleia deve estar representada pelo seu Presidente e pelo respetivo líder de cada um dos grupos municipais. Deve ser um movimento aberto a todas as forças vivas do concelho e que congregue as iniciativas de luta, mobilize a sociedade civil, permitindo assim o aproveitamento de sinergias e combater de forma permanente, no palco cívico, até que seja reconhecido pelo Governo da República, seja ele qual for, que a manutenção do Tribunal Judicial de Resende constitui uma pedra basilar na afirmação de Resende enquanto comunidade e no seu desenvolvimento."-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Isabel de Lurdes Pereira do Cabo** – Proferiu a seguinte intervenção.-----

"Senhores Presidentes, da Assembleia Municipal e do Município, Senhores Secretários, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e meus Senhores. Antes de mais quero realçar que, a esta Assembleia Municipal, são colocados desafios muito exigentes. Situações como o fecho do nosso Tribunal têm que merecer uma posição clara deste órgão autárquico, principal órgão representativo do nosso concelho. A defesa de um Estado Democrático de Direito é a única garantia contra a famosa frase hobbesiana "O homem é o lobo do homem". É, pois, neste sentido, importante falar verdade e ser transparente com os resendenses, é fundamental relembrar as ações desenvolvidas pelo senhor Presidente da Câmara para impedir o encerramento do nosso Tribunal: - quando a senhora Ministra da Justiça deu conhecimento das linhas estratégicas para a reforma judiciária e do respetivo anteprojeto de Decreto-Lei, foram-lhe endereçadas várias missivas, dando-



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lhe nota da posição da nossa Câmara; - foram-lhe feitos vários pedidos de reunião, contudo, estes nunca foram atendidos; - vários resendenses participaram numa manifestação em Lisboa contra o fecho do nosso Tribunal; - foram concertadas com a Associação Nacional de Municípios ações de contestação contra o novo regime e funcionamento dos Tribunais; - e muito recentemente, no início deste mês, o senhor Presidente da Câmara Municipal entregou uma providência cautelar para evitar o fecho do nosso Tribunal. De realçar que foi o primeiro Município a apresentar uma providência cautelar, pois está em causa o efetivo encerramento do nosso Tribunal. A bancada do partido socialista está completamente solidária com todo o percurso contestatário feito pelo senhor Presidente da Câmara na defesa dos interesses de todas e todos os resendenses. Esta bancada corrobora, totalmente, o conteúdo da providência cautelar e reitera, mais uma vez, que os argumentos invocados por este Governo para a extinção do nosso Tribunal assentam em pressupostos falsos, dados manifestamente incorretos, que não correspondem à realidade nem à verdade, e, além disso, esta posição do Governo é uma clara violação dos mais elementares princípios legais e constitucionais de igualdade e acesso à Justiça no concelho de Resende. Já Aristóteles, há mais de dois mil anos, dizia que “a base da sociedade é a Justiça...!” Parece-nos que a decisão de extinguir a Comarca de Resende assenta, exclusivamente, em motivações de ideologia política!”-----

**Jorge Cardoso Machado (PS)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Sobre o assunto a que se reporta o ponto 7 da ordem de trabalhos (encerramento do nosso Tribunal), direi que já tenho vários mandatos de Assembleia e se a memória não me falha, este constitui na verdade um dos assuntos mais importantes que tenho na memória. Já o cá disse, mas volto a repetir “que não é à custa da razão nem á custa de textos filosófico-políticos que se dá a felicidade a um povo, mas sim através da sensibilidade e de bons sentimentos humanos”. Constatamos mais uma vez que este governo não se dá bem com esta simbiose (sensibilidade/sentimentos) continuando a atacar barbaramente o interior do País, ataque esse que contempla o encerramento do nosso Tribunal. Estamos na presença de um ato insensível que vai privar o concelho de um dos ativos mais importantes, pois trata-se efetivamente do nosso órgão de soberania. A justiça ficará mais difícil, mais distante, potencia-se a auto defesa, fomenta-se a desertificação para além da violação da nossa Constituição em que deixaremos de ser contemplados pelo princípio da igualdade assim como privados do capítulo “direitos, liberdades e garantias”. Mas esta desgraça tem um pai e toda a gente já sabe o seu nome que é nem mais nem menos o PSD, o mesmo PSD que governa o nosso país. O PSD é comparável a uma laranja (como esta que exibo) que é composta como sabem, por vários gomos que representam as várias parcelas do partido por esse país fora, entre os quais se encontra o gomo correspondente ao PSD de Resende. Esse conjunto de gomos são solidários entre si, isto é: comungam todos do mesmo sumo e do mesmo paladar. Ora se é o governo laranja no seu todo que vai encerrar o Tribunal, o PSD de Resende será indubitavelmente cúmplice de tão horrendo ato. Se levar este caso prático a uma turma de miúdos do 1º ano, facilmente compreenderão quem vai encerrar o Tribunal. Esta é a verdade, é a realidade que vocês não querem entender mas está á vista de todos. Aproveito ainda para esclarecer o seguinte: no



dia 06-02-2014 e depois de ter assinado a maldade através da qual o nosso concelho foi contemplado, a Sr.<sup>a</sup> ministra da justiça veio aos telejornais esclarecer os contornos da sua aventura entre os quais afirmando que o PS havia negociado com a Troika o encerramento de 49 tribunais e que ela apenas encerrou 20. Nada mais falso...É muito clara a primeira parte do memorando de entendimento assinado entre o governo da altura (PS, PSD e CDS e a Troika BCE, FMI e Comissão Europeia), e no que à justiça diz respeito diz o seguinte: "O país ficará reduzido a 39 mega comarcas judiciais". O Memorando não fala nunca em fechar o Tribunal A ou B e muito menos o de Resende. Mas a Sr.<sup>a</sup> ministra atreveu-se a ir mais além e em vez de manter as 39 megas comarcas judiciais exigidas pela Troika vai manter apenas 23, tal como se pode constatar através dos órgãos da comunicação social e brevemente publicado em Diário da República. Perante tudo o que aqui foi dito sobre o encerramento do Tribunal, mais o que acabei de pronunciar, deu-me a sensação que a bancada do PSD mostra um ar de descontentamento, mas atenção que esse é um "descontentamento contente". Perante a vossa negação lanço um desafio ao líder dizendo-lhe que caso eu esteja enganado na minha análise, ele terá de responder a uma pergunta solene que lhe vou fazer e que todos quantos se encontram neste salão nobre gostariam de ouvir. A pergunta é a seguinte: neste momento, qual é o sentimento que o anima, sabendo que o partido que o senhor apoia quer obstinadamente prejudicar o nosso concelho?".....

**Elsa Isabel Ferreira Rodrigues** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Proferiu a seguinte intervenção:.....

"Mais uma vez e infelizmente temos que voltar a falar de algo tão importante e que vai significar, caso avance tal medida, uma grande perda para Resende. Gostávamos de dizer aqui e a todos os resendenses sem exceção que tal como no passado como agora, estando o PSD, o CDS ou PS no Governo, nós estaremos frontalmente contra qualquer encerramento de serviços públicos em Resende. Dissemos hoje como o dissemos no passado, fazêmo-lo hoje como o fizemos no passado. E quer a história lembrar-nos que há algum anos atrás, ainda era Presidente da Câmara Municipal de Resende o saudoso senhor Dr.<sup>o</sup> Albino Brito de Matos, que um Governo PSD, o que ainda nos legitima mais nesse sentido, queria encerrar o Tribunal de Resende e mais uma vez mostramos que independentemente de quem nos governa, nos fomos sempre, mas sempre, nos interesses do resendenses à frente de qualquer governo da Nação. Quanto a isso que não reste dúvidas e queríamos deixar isto aqui bem claro. Mas não podemos deixar passar acusações das quais temos vindo a ser acusados ao longo deste tempo. E para falar ainda em encerramentos recordo ainda que nesta Assembleia já anteriormente o Governo Socialista decidiu encerrar maternidades, transformar o hospital de Lamego numa coisa que era um centro de saúde gigante, e nós aqui nesta Assembleia dissemos claramente que éramos frontalmente contra. É verdade, nós aqui já defendíamos que ia contribuir para a desertificação de uma região. Pasmem-se o argumento era, para encerrar a maternidade, o número de partos ocorrentes nessa maternidade. E já nessa altura nós dissemos que éramos frontalmente contra e que seria uma enorme perda para a região. Por isso não vemos aqui nenhuma incoerência. Relativamente a isso estamos francamente esclarecidos. Votaremos hoje como



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no passado contra qualquer encerramento de serviços públicos em Resende e na região. Agora todas as intervenções tiveram uma trajetória comum, onde vêm responsabilizar o Governo da Nação pela implementação desta política, mas esquecendo-se de que quem, francamente, nos colocou aqui e que foi o Governo do PS. Levou o País à beira da bancarrota. E bancarrota pasmem-se era chegarmos a uma altura em que funcionários públicos e reformados deste País não iriam receber o seu salário ao fim do mês. Tivemos que chamar a ajuda externa, negociaram o memorando da "troika" no qual incluíam o encerramento dos tribunais, e onde não estava Resende e esse é um facto, mas inscreveram, foram vocês que decidiram seguir este caminho. E mais uma vez reafirmamos aqui que mesmo que Resende cumprisse os pressupostos nós iríamos estar ao lado de quem governa este concelho, porque infelizmente não somos nós, a dizer não, não contem connosco, nós estaremos frontalmente contra o encerramento do Tribunal de Resende. Dizer, ainda, porque já fomos várias vezes acusados nesta Assembleia, que não conhecem nada daquilo que já tivéssemos feito relativamente ao início da discussão da defesa do não encerramento do Tribunal de Resende. Recordo que de imediato e assim que apareceu o nome de Resende com a possibilidade de ser um dos tribunais a encerrar foi lançado um comunicado aos resendenses a declarar, já nessa altura, os motivos pelos quais estávamos contra. Fizemos várias propostas para à criação de um grupo onde todos pudéssemos estar envolvidos na defesa do Tribunal de Resende, participamos em manifestações, não fomos todos, mas representantes nossos estiveram em Lisboa, tal como os senhores também o sabem. Juntámo-nos à sociedade civil de Resende quando esta marcou manifestações no concelho, dissemos presente. Agora não peçam à oposição que façam o trabalho que deve ser feito pelo executivo, porque isso não é, sequer, democrático. Relativamente, ainda a tudo isto, várias coisas têm sido ditas relativamente a nossa prestação, espero que tenha ficado devidamente claro que não nos deixaremos de estar junto de quem defende a manutenção do Tribunal de Resende assim como participaremos com toda a certeza na manifestação que está a ser organizada. Lembrar também que em campanha eleitoral os senhores dizem e afirmam que se trata de políticas do Governo Central, mas foram os senhores que em campanha eleitoral disseram que "...se o PSD ganhar as eleições autárquicas, meus senhores, encerraram o Tribunal, encerraram finanças, encerraram o concelho...". Meus senhores às vezes o peixe morre pela boca porque pelos vistos, e esperemos francamente que não e lutaremos para que isso não aconteça, quem poderá ficar com o auge da causa serão os senhores. Termino dizendo e reafirmando que contem sempre com este partido democrático, que tem liberdade de opinião, que tem a sua opinião própria e que em defesa dos interesses de Resende jamais se alienará ao Governo da República. Dizer também que apesar dos fundamentos da proposta, das acusações que nos foram feitas e que de todo não são legítimas, que apesar disso nós não iremos votar contra esta proposta. Iremos votar a favor mesmo com os considerandos que ela tem, mesmo com os considerandos que nos põe em causa, jamais deixaremos de estar ao lado dos resendenses."-----

**Amadeu Vasconcelos** (Presidente da Junta de Freguesia de Cárquere – PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Resende, enquanto comunidade do interior, afastada dos grandes centros de decisão, cresceu e desenvolveu-se à volta da instalação dos serviços proporcionados por instituições como o hospital, o centro de saúde, as finanças, a câmara municipal e, claro, o Tribunal Judicial. A manutenção destes serviços tem permitido à vila de Resende a subsistência da sua vitalidade social, económica e mesmo cultural. No que diz respeito à justiça, a existência em Resende de quem a exerça, remonta já a algumas centenas de anos. Mesmo no tempo em que judicialmente o nosso Tribunal estava integrado na comarca de Lamego, tinha na administração da justiça de primeira instância um juiz ordinário, um juiz dos órfãos, vereadores, um procurador do concelho e escrivães. Ora, o novo mapa judiciário, aprovado recentemente em conselho de ministros, ditou o encerramento do Tribunal de Resende. Esta decisão deverá deixar-nos, a todos, sem exceção, extremamente preocupados com o futuro do concelho de Resende e com a nossa sobrevivência enquanto comunidade local. E deverá deixar-nos a todos preocupados porque, desde logo, quem tomou esta decisão não teve respeito pela comunidade resendense. Não teve respeito pela nossa história e pelas nossas necessidades. Quem tomou esta decisão não teve nem respeito pelas premissas que eles próprios estabeleceram no ensaio sobre a reforma do sistema judiciário que mandaram elaborar e supostamente serviria de base para a implementação desta alegada reforma. O Tribunal de Resende tem sensivelmente o triplo dos processos estabelecidos em critério. As instalações pertencem ao próprio ministério da justiça. Resende não tem julgado de paz e infelizmente também não tem boas acessibilidades nem redes de transportes públicos para os locais para onde verterão os processos. Quem tomou esta decisão não teve respeito pela nossa câmara municipal pois nunca esteve disponível para receber em audiência o Presidente da Câmara, nem nunca respondeu aos ofícios que a câmara atempadamente enviou. Analisando tudo isto, não se entende o que verdadeiramente está aqui em causa. Ou talvez se entenda... Talvez se entenda que verdadeiramente a intenção está muito para além daquilo que se diz quando se fala em extinguir 20 ou 30 tribunais. Talvez se entenda que por trás de tudo isto está a intenção de implementar uma ideologia que não tem dúvidas em relação ao objetivo que quer atingir. Que esse objetivo não será mais do que esvaziar concelhos como o de Resende. Desprovê-los daquilo que mais os identifica como eram as freguesias e são os tribunais, para mais tarde conseguir encerrar aquilo que verdadeiramente pretendem, que são os próprios municípios. Nem que para isso tenham de sacrificar as pessoas que aqui vivem, obrigando-as a deslocarem-se para Lamego ou Viseu, para mais tarde as obrigarem a viver em outro lado qualquer e dessa forma terem argumentos para extinguir as finanças, ou centro de saúde e mais tarde a câmara municipal e o concelho. Assim sendo, o que está aqui em causa é o delapidar daquilo que este concelho tem e daquilo que representa. É por isso que temos de ser claros em relação a esta matéria. Temos todos que vestir a camisola de Resende e defender o interesse que é comum a todos nós. Mas essa camisola não pode ser despida de cada vez que se saia de Resende, a troco de interesses pessoais. Não podemos abrir aqui qualquer flanco e deixar margem para que mais tarde nos retirem outros serviços. E temos de ser absolutamente claros! “Tão ladrão é o que rouba como o que fica à porta”. E nesta matéria, tão responsável será a senhora ministra e o governo como aqueles que os apoiam e ficarem à margem



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desta luta. Felizmente há alternativas e nós não abdicaremos delas. E para terminar, falar em maternidades numa altura em que morrem pessoas por serem recusadas em hospitais, não lembra a ninguém e deve envergonhar-nos a todos."-----

**Presidente da Mesa da Assembleia** – Lembrou à Assembleia Municipal que este Governo da República é constituído por dois partidos, PSD e CDS-PP, para que em memória futura também fique registado o partido do CDS.-----

**Elsa Isabel Ferreira Rodrigues** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Solicitou o uso da palavra para defesa da honra da bancada da coligação PSD/CDS-PP proferindo a seguinte intervenção:-----

"Na intervenção do colega desta Assembleia Municipal, Amadeu Vasconcelos, da bancada do PS foram proferidas duas afirmações, "...que nós andamos a dizer uma coisa aqui e outra fora" e que "...isso seria de interesse pessoal", queria dizer que isso não acontece. Poderá acontecer em outros sítios e se olhar para dentro vai perceber bem daquilo que eu estou a falar. Na defesa da honra por mim invocada e relativamente à afirmação "...tão ladrão é o que rouba como aquele que fica ao portão", dizer quer nós nem somos o ladrão nem ficamos ao portão. Somos coerentes e aquilo que defendemos aqui, fazêmo-lo de igual forma lá fora. E não adianta andarem com subterfúgios. Independentemente de quem esteja no Governo, ao contrário de posições tomadas pelos senhores do passado, estaremos frontalmente contra o encerramento do Tribunal de Resende. Não adianta andarem aqui a tentar culpabilizar-nos e fazer esquecer de que foram os senhores que incluíram isto no memorando da "troika", tenho dito."-----

**Marco Jacinto de Almeida Matos** (Presidente da União da Junta de Freguesias de Felgueiras e Feirão – PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Na sequência do que foi proferido pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Luís Guimarães, se os critérios que vão servir para encerrar o Tribunal de Resende não estão a ser cumpridos, a única coisa que entendo desta decisão é que esta já foi consumada a vários meses. A senhora Ministra pura e simplesmente quer encerrar o Tribunal e está decidido. Esta decisão vem ao encontro de outras decisões do Governo como por exemplo aquando da extinção de freguesias e à qual nós também manifestamos a nossa discordância. Esta decisão é um ataque ao poder local. Nas conversas correntes tidas com a população em geral, mais concretamente com a população de Felgueiras e Feirão, estas manifestam a sua total discordância com o encerramento do Tribunal. Esta decisão vai afetar toda a gente e toda a população do concelho de Resende que para ter acesso a justiça irão ter de se deslocar e de acarretar com mais despesas. Por último queria sugerir, na sequência da decisão do encerramento do Tribunal, a alteração do seu endereço postal que é Jardim 25 de Abril, uma vez que estes valores foram esquecidos por este Governo."-----

**José Augusto Pinto Pereira** (Presidente da Junta de Freguesia de Resende – PS) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Resende e responsável por este organismo, queria subscrever tudo aquilo que foi proferido pelos membros da bancada do Partido Socialista. Como responsável pela Junta de Freguesia de Resende quero publicamente manifestar o



meu desagrado e a minha total discordância, e falo também em nome de todos os resendenses. Temos na nossa sociedade pilares fundamentais, tais como a justiça, a educação e a saúde. Como esta tomada de posição do Governo que é o desmoronar do pilar da justiça temo que outros pilares venham também a ser atingidos e dos quais a população e o concelho de Resende carece. Com o encerramento deste serviço público a população vai ficar com poucas alternativas de recorrer à justiça e vão necessitar de mais meios como por exemplo de transportes e vão certamente ter mais despesas. Despesas essas que atualmente a maioria da população não poderá certamente suportar. Quero deixar aqui expresso toda a minha disponibilidade e sintonia com o atual executivo para “combater” o encerramento do Tribunal.”-----

**Fátima Maria da Rocha Soares de Matos (PS)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Não tenho por norma fazer intervenções, mas hoje e relativamente ao tema do encerramento do Tribunal gostaria de dizer o seguinte. Como cidadã deste País eu estou de facto contra muitas das medidas tomadas por este Governo e aprovadas pela maioria PSD/CDS-PP. É de facto fácil ser-se forte com os mais fracos. Nestes fracos estarão certamente aquela população que à mercê da sua situação social e económica muitas vezes tem a necessidade de se dirigir ao Tribunal, por vezes convocada por ele, irá ter, face as circunstâncias, mais dificuldades quer em deslocar-se quer em ter acesso a própria justiça. Tal como já foi aqui referido as tentativas que foram feitas para que a senhora Ministra nós ouvisse foram infrutíferas. Na minha opinião aquilo que poderá ser feito, e no momento próprio, será de penalizar aqueles que nos tiram aquilo que precisamos, e será no momento da eleições o momento certo. Esta deverá ser uma forma de nós também penalizarmos aqueles que nos penalizam. Não deixarei de vincar a minha posição porque de facto acho de todas as posições que se tomam e que venham a penalizar as populações do interior, são de facto más e prejudiciais. Temos de ter na nossa memoria quem nos traz bem mas não nos podemos esquecer de quem nos faz o mal.”-----

**Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto** (coligação PSD/CDS Por Resende) – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Gostaria de falar para toda todos os presentes nesta Assembleia Municipal. Vou dizer aquilo que sinto. Pela primeira vez como deputado desta Assembleia Municipal senti-me mal, não se enquadra dentro daquilo que eu penso que neste momento deveria estar a ser tratado. Estamos a falar de um assunto que é de extrema importância para o Concelho. Eu quando foi eleito deputado e membro desta Assembleia, era e é para defender os interesses do concelho e convenci-me que toda a gente lutaria por isso. Aqui e agora tive a sensação que acontece a mesma coisa de como quando há um incêndio, que em vez de nos juntarmos todos e combater esse incêndio começamos antes a discutir de quem é a culpa do mesmo. Hoje ouvi membros da bancada do Partido Socialista, depois de andar tanto tempo sem dizer coisa nenhuma, a chegar aqui e tentar culpabilizar alguém, em vez de tentarem uma união de esforços entre os partidos aqui representados e para termos uma força de luta e uma voz que possa levar a algum lado a nossa posição e que possa trazer de novo o nosso Tribunal. Tivemos aqui lutas para tentar culpabilizar alguém e por vezes de uma forma agressiva. A nossa



bancada, e já o foi dito por diversas vezes, sempre estive e está contra o encerramento do Tribunal de Resende. Já em tempos o estive e continua a estar. Não sei quais os motivos que a bancada do PS tem para estar a atacar o nosso partido e a nossa bancada, quando tem tomado medidas pró-ativas. Acho que temos estado sempre pró-ativos. Não é com discursos elaborados, uma vez que hoje o Partido Socialista decidiu intervir e dizer sempre a mesma coisa. Eu só quero referir que a bancada da coligação PSD/CDS-PP Por Resende está e estará sempre contra o encerramento do Tribunal Judicial de Resende. Podem sempre contar connosco. Infelizmente vamos ter de votar a favor da proposta apresentada uma vez que poderemos ser mal vistos. Uma proposta que fala mal do Governo e da nossa bancada, mas porque a razão de ser e a sua apresentação visa combater o encerramento do Tribunal e nós neste ponto estamos de acordo e solidários. Esta é a razão pela qual a nossa bancada, apesar de não concordar com alguns dos seus considerandos, vai votar a favor. Aqui hoje e nos discursos proferidos tentou-se mostrar o que o Governo “faz e acontece” mas não se apresentou uma forma de luta conjunta das duas bancadas.”-----

**Luís Guimarães (PS)** – Solicitou o uso da palavra para defesa da honra da bancada do PS proferindo a seguinte intervenção:-----

“Fomos aqui acusados de falta de legitimidade para expor aqui aquilo que expusemos e nesse sentido queria, antes de mais, alertar o senhor deputado Luís de Matos que a primeira pessoa que hoje aqui e nesta Assembleia fez acusações ao outro lado foi a senhora deputada Elsa Rodrigues da bancada da coligação PSD/CDS-PP, quando fez referências à informação escrita do senhor Presidente da Câmara e acusou o Partido Socialista de inscrição no memorando da “troika” do encerramento do Tribunal de Resende, o que já sabemos que não é verdade. Não somos nós que começamos com as acusações. Agora é verdade, e o senhor Presidente da Mesa da Assembleia já referiu isso, alguém tem de ser responsabilizado. A casa está a arder, temos de nos preocupar em apagar o fogo, mas depois temos de encontrar o responsável, que neste caso não será necessário procurar, uma vez que sabemos que quem assinou o Decreto-Lei, foi o senhor Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho e a senhora Ministra da Justiça Paula Teixeira da Cruz. Não são do PS, são do Governo PSD/CDS. Já sabemos quem é o responsável e agora temos que fazer com que o responsável assuma as suas responsabilidades. Quanto à questão da coerência e a senhora deputada reafirmou de forma veemente a sua coerência temporal “...o que disse hoje, o que disse ontem”, tendo o senhor Amadeu de Vasconcelos questionado, e muito bem, se o que diz aqui é o mesmo que se diz em Lisboa? A senhora Deputada também reafirmou a sua consistência política espacial, digamos assim, mas deixe que lhe diga que terá de o fazer de forma mais veemente, porque no fim de semana passado teve uma excelente oportunidade para isso e das notícias que saíram do vosso encontro (Congresso do PSD) é de que afinal não houve por lá grandes divergências em relação à política do Governo.”-----

**Elsa Isabel Ferreira Rodrigues (coligação PSD/CDS Por Resende)** – Em resposta ao proferido pelo senhor Deputado Luís Guimarães, esclareceu que o que a sua bancada defende no concelho, o faz de igual modo fora do concelho. Disse-o na Comissão Política Distrital, onde se encontram



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representados, o que junto dos órgãos de comunicação social do distrito será possível verificar. Manifestou o seu agrado pelo facto do senhor Luís Guimarães se mostrar atento ao Congresso do PSD, referindo que ainda assim não esteve atento o suficiente para perceber que muitos dos presentes no referido congresso se tivessem manifestado contra o encerramento dos tribunais e onde esteve presente o senhor Primeiro-Ministro. Referiu que a sua posição de observadora no congresso não lhe permitiu subir ao púlpito e que caso assim acontecesse iria defender de igual modo, como o faz na Assembleia Municipal de Resende. Terminou dizendo que não têm dualidade, que quer seja o Governo do seu partido ou o de outro qualquer, a posição da coligação "PSD/CDS Por Resende" é sempre a mesma e muito clara.-----

**Presidente da Câmara** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Temos que fazer aqui uma reflexão sobre este assunto. Como sabe sou eu o responsável e o Presidente da Câmara Municipal eleito pelo Partido Socialista. E esse cargo, bem como todos os atos por mim praticados enquanto tal, responsabilizam-me quer como Presidente quer como membro do Partido Socialista. Relativamente a esta questão do encerramento do Tribunal de Resende e mais concretamente em relação à atuação do executivo desde que iniciei funções de Presidente da Câmara, como sabem já este problema existia. Já dirigi à senhora Ministra da Justiça uma carta pessoal onde manifestei o meu total desagrado e desacordo em relação à proposta do encerramento do Tribunal Judicial de Resende. E que seja do meu conhecimento, nem os senhores Vereadores do Executivo nem os senhores deputados desta Assembleia representantes da coligação "PSD/CDS Por Resende" procederam à tomada de qualquer iniciativa ou atitude, nem tão pouco ao envio de qualquer tipo de missiva à senhora Ministra da Justiça. Gostaria de informar que possuo o Aviso de Receção da carta enviada bem como provas da decisão pessoal de pedir ao nosso advogado para interpor uma providência cautelar em relação à decisão do Conselho de Ministros. Tenho também a vontade, e já a manifestei publicamente, da realização de uma manifestação, já marcada para o próximo dia sete de março, iniciativa essa que partiu da Câmara Municipal e como tal da minha responsabilidade. Isto para dizer que, a propósito do proferido pela senhora deputada Elsa Rodrigues quando disse "...quero dizer aqui que estou contra o encerramento do Tribunal", mas não o disse lá, quero deixar aqui uma sugestão, ainda estão a tempo de o fazer."-----

**Presidente da Mesa da Assembleia** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

"Relativamente a esta questão em termos políticos se para uns é um incomodo para outros não o será, mas para os resendenses e para concelho este é um problema muito sério e que teremos que enfrentar no futuro. É minha convicção que a reforma do mapa judiciário que estamos a assistir é um dos exemplos de um conjunto de políticas que ao invés de melhorar aquilo que é o funcionamento do Estado, a relação do Estado com o cidadão e sobretudo num momento como este, oportunidade até para racionalizar meios e para se encontrar um novo paradigma de funcionamento de sociedades como as nossas, este é o exemplo, desculpar-me-ão, daquilo que é uma abordagem, tal como já foi aqui dito, uma abordagem ideológica porque não tem os cidadãos como questão central na relação da aplicação da justiça com aquilo que é ou que são essas mesmas lógicas de funcionamento



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

democrático e de funcionamento de um Estado de direito. Este é o exemplo de como quando nós queremos reformar e dizemos que queremos estar próximos, que queremos ter especialização e quando queremos poupar nos custos, percebemos que afinal uma reforma que poderia ser uma grande reforma para melhorar a vida do cidadão e do funcionamento da justiça e até para tornar mais transparente a vida em sociedade, nós percebemos que todos esses desideratos estão completamente fora daquilo que são as lógicas de governação do País. Eu queria dizer que a exemplo do que aconteceu com a reforma administrativa que neste mandato autárquico entrou em funcionamento, esta reforma da justiça poderá ser onde nós percebemos que tudo continua na mesma, que nada se poupou e que só criamos mais dificuldades à população e que até em alguns lugares deste País se está a gastar mais com titulares de cargos políticos. A exemplo do que esta acontecer aqui na reforma da justiça, nós vamos perceber que afinal não vai ser só um problema de Resende, vai ser um problema, daquilo que eu acho que é essencial na comunidade e numa sociedade contemporânea como a nossa, que é aquela lógica de que a primeira igualdade é a justiça. Ao fazer o que estamos a fazer, ao criar as dificuldades que estamos a criar, até num distrito como Viseu, não é só o problema do fecho do Tribunal de Resende, em processos com uma moldura penal superior a cinco anos ou em processos com um valor superior a cinco mil euros, todos os vinte e três concelhos do distrito passam a ter que se descolar, para que a justiça seja aplicada, para Viseu. Este é um erro brutal, que fará com que na prática se esteja aqui em Resende e em muitos pontos do distrito de Viseu a lançar mais impostos para uma parte dos cidadãos e sobretudo a fazer com que uma parte do País abone outra parte. Eu diria que esta questão é uma questão séria para Resende mas é também um exemplo de como não se deve governar um País, sobretudo quando se invoca racionalidade, proximidade e serviço ao cidadão. Ao contrário do que se possa pensar esta questão é uma questão política e que não diz respeito só a Resende. Quem olha para a reforma do mapa judiciário, quer como cidadão, quer como militante partidário, se olhar para esta reforma exclusivamente como uma questão do cidadão, como cidadão de uma parte do território, provavelmente, está a cometer um enorme equívoco e está a dar cobertura a um Governo que em todo o território nacional está a lançar as bases para, como aqui já foi dito, os mais fortes contra os mais fracos, o favorecimento daqueles já mais têm contra mais dificuldades daqueles que menos têm. E esta é uma questão essencial e quando nós dizemos ..."nós somos contra esta reforma ou somos contra aquilo que este Governo quer aqui para Resende e somos contra o encerramento do Tribunal de Resende", nós devemos perceber que esta questão é uma questão muito mais extensa, como o disse o senhor Presidente da Câmara, é uma questão de carácter ideológico, é uma questão de estruturação da nossa sociedade democrática e é uma questão sobretudo de políticas de igualdade de tratamento do cidadão estejam estes onde estiverem e esteja em que território estiver. Eu acho que isto é absolutamente claro. Queria dizer-vos que, independentemente da discussão que aqui foi feita, queria relevar a importância de podermos votar um proposta que independentemente dos considerandos pode naturalmente ser e deve ser registada como algo que nos deve aproximar na defesa de Resende mas também na defesa daquilo que é o tratamento de igualdade em relação ao



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outros cidadãos do País. Quando estamos aqui a erguer a nossa voz contra o encerramento do Tribunal e contra esta reforma que esta a ser levada a cabo e contra as medidas deste Governo, porque este é um Governo que toma estas medidas, eu saúdo o facto de podermos no futuro criar esta lógica de rejeição destas políticas e faço votos para que esta proposta que foi entregue à mesa desta Assembleia para a criação do Movimento Para a Defesa do Tribunal Judicial de Resende, com a participação de todas as forças político partidárias, com a participação alargada de todas as Instituições do conselho e a todos os cidadãos nos possa mobilizar, que se alguma coisa não correr tão bem, nós nunca desistamos do nosso Tribunal, sobretudo porque esse é o símbolo daquilo que é uma grande causa e uma causa de defesa e igualdade de direitos dos cidadãos independentemente da sua condição económica e do espaço territorial onde se encontra. Queria deixar esta nota, uma nota que de alguma forma nos une. E espero que todos estejamos mobilizados para a manifestação no dia sete de março. Espero que possamos envolver outras bancadas, o senhor Presidente da Câmara, comigo próprio, lançar as bases de um movimento que permanentemente lembre a enorme injustiça que está a ser cometida em Resende e que todos aqui sejamos capazes de apoiar o senhor Presidente da Câmara para aquilo que é uma posição delicada do concelho, mas que temos a obrigação, e à volta do senhor Presidente da Câmara, erguer daqui aquilo que é a nossa inquietação e a nossa contestação a medidas que são muito gravosas para o futuro do conselho. Irei por a votação esta moção e queria naturalmente saudar o senhor Presidente da Câmara e a sua Vereação pelo forma como têm conduzido este processo nos últimos meses na defesa daquilo que são os interesses do resendenses. Dizer-lhe que da nossa parte, tal como é perceptível, terá o nosso apoio e fazer votos para que esta nossa inquietação e esta nossa revolta seja algo que só termine quando a justiça for feita a Resende e a todas as suas gentes. Queria deixar os votos de que este momento fosse o momento de arranque de grande mobilização da comunidade resendense e que sejamos todos capazes de ultrapassar algumas divergências de avaliação política que hoje aqui ficaram expressas. Sugeriria até que este fosse o ponto de viragem em relação a estas matérias e que daqui para a frente o que se impõe é defender os interesses de Resende. Contestar aqueles que atentam contra os direitos dos resendenses e em nenhuma circunstância desfalecer até que esses direitos sejam repostos, se algum dia estes forem retirados. Como disse, Irei colocar à votação a moção apresentada pela bancada do Partido Socialista relevando a importância da unidade de ação e naturalmente também deixar a nota de que temos que estar unidos para a defesa daquilo que é essencial para o futuro de Resende."-----

**Colocada a moção a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade (não participaram nesta votação, devido a ausência momentânea, os membros Luís Manuel Almeida Matos Ferreira Pinto e Adérito Augusto Lopes (ambos da coligação PSD/CDS Por Resende)).-----**

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação em minuta de todos os assuntos submetidos a decisão do órgão, **o que foi aprovado por unanimidade**, e deu por



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

encerrada a reunião, eram 18h15. -----

Os documentos que servem de suporte às deliberações tomadas encontram-se arquivados digitalmente no sistema de gestão documental IportalDoc, com réplicas no servidor, na partilha Atas, pasta Assembleia Municipal, subpasta Ano 2014. -----

E eu, *António Manuel de Almeida Pinto*, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

António Manuel Leitão Borges  
Presidente da Assembleia Municipal

António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU